

# Contas são aprovadas, mas quem ordenou despesas responde por elas

Em sessão que durou cerca de três horas, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apontou ontem diversas irregularidades nas contas de 1986 do Governo Brizola, principalmente no que se refere à construção dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) — que mereceu um estudo especial —, encampação de empresas de ônibus e administração do Metrô carioca. Os seis conselheiros do TCU, no entanto, aprovaram por unanimidade os três balanços em análise: orçamentário, financeiro e patrimonial. Apesar do aparente paradoxo, os conselheiros explicaram terem votado um parecer prévio, de caráter técnico, e esclareceram que pelas numerosas irregularidades responderão os ordenadores das despesas na forma da lei, já que estas matérias estão pendentes de decisão final.

Segundo o Conselheiro Reynaldo Sant'Anna, um dos prováveis responsáveis a responderem no caso dos Cieps é Darcy Ribeiro, que acumulava o cargo de Vice-Governador com os de Secretário de Cultura e Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). O julgamento das contas, segundo os conselheiros, cabe à Assembléia Legislativa, que terá 60 dias para se pronunciar. Ontem mesmo o parecer do TCU foi encaminhado à Assembléia.

O Conselheiro Erasmo Martins Pedro disse que a sessão de ontem foi "o momento de dizer amém a balanços feitos por excelentes profissionais". A maioria dos conselheiros reclamou que a atual legislação desarma o TCE em relação a uma verdadeira fiscalização. Os conselheiros fizeram um apelo para isto ser corrigido na próxima Constituição. Segundo o Relator da sessão de ontem, o Conselheiro Humberto Braga, "o Executivo hoje exerce um autocontrole, pois o Tribunal está mutilado em suas atribuições, por falta de competência legal e recursos".

No extenso relatório que fez sobre o Governo Brizola, Humberto Braga assinala que, comparado com 1985, o déficit de 1986 em relação à administração direta foi 7,87 vezes superior (CZ\$ 7,4 bilhões contra CZ\$ 941 milhões). Em relação ao déficit de 1984, que foi de CZ\$ 340 milhões, o do ano passado foi 21,75 vezes superior. O endividamento global do Estado, consideradas as administrações direta, indireta e fundações, cresceu, de

um ano para outro, em 78,8 por cento: passou de CZ\$ 30,3 bilhões para CZ\$ 54,2 bilhões.

Numa análise do relatório, o Conselheiro Reynaldo Sant'Anna chegou à conclusão de que, "se fosse uma empresa privada, o Estado já estaria quebrado há muito tempo, já que empobreceu muito em todas suas atividades: primária, secundária e terciária". Ele mostrou-se estarrecido com a situação do Metrô, que em 1983 transportou 117 milhões de passageiros e em 1985 apenas 97 milhões, por causa da canibalização (retirada de carros de circulação para repor peças em outros):

— Talvez tenha sido administração inadequada.

Segundo Reynaldo Sant'Anna, as populações do interior do Estado foram relagadas ao abandono e o Governo, "em vez de dedicar maiores recursos ao atendimento de programas destinados à melhoria das condições de vida das populações rurais, preferiu aplicá-los em obras de custo exorbitante e em um programa educacional que se revela de custo impossível de ser suportado pelo Tesouro". Isto, observa, "sem falar nas irregularidades praticadas na Faperj, envolvendo enormes somas de dinheiro e também a apropriação incorreta de um inexistente superávit financeiro que fundamentou crédito suplementar".

— Ora, o Governo superestimou a arrecadação para poder dar crédito suplementar. E onde foi buscar este dinheiro, se não tinha recursos próprios? No Banerj, que sustentou essas orgias. Se a Assembléia Legislativa rejeitar essas contas, o Governo estará sujeito a crime de responsabilidade, resarcimento e todas penalidades de Lei.

Sobre o chamado Anexo 1, o estudo sobre as irregularidades na Faperj e na construção dos Cieps, o único Conselheiro que disse nele haver "discrepâncias" foi o ex-Deputado do PDT Paulo Ribeiro, único também que no Tribunal de Contas foi indicado por Brizola. Ele disse preferir não polemizar, mas juntar ao relatório "discrepâncias entre suas afirmativas e novas informações, para um cotejo". A votação dos balanços, pública, foi assistida por cerca de 50 pessoas, a maioria do próprio Tribunal — entre elas, o ex-Deputado Sami Jorge e o Superintendente de Controle Externo da Secretaria de Fazenda, Lino Martins da Silva.